

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AC

Estudo Técnico Preliminar 45/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08220.002492/2025-51

2. Descrição da necessidade

2.2. Os materiais permanentes a serem adquiridos destinam-se a suprir as necessidades das unidades e áreas da Superintendência da Polícia Federal no Acre, contemplando tanto a reposição de bens inservíveis — em razão da obsolescência ou do desgaste natural pelo uso e pelo tempo — quanto a complementação de itens necessários para garantir eficiência operacional. A definição dos quantitativos foi estabelecida em conformidade com as demandas específicas das áreas, respeitando critérios técnicos e de economicidade.

2.3. Justifica-se a presente aquisição também pela implantação da nova Delegacia Descentralizada em Cruzeiro do Sul/AC e pela necessidade de modernização e adequação da estrutura física e de equipamentos da SR/PF/AC e Delegacia Descentralizada em Etipaciolândia/AC. A aquisição contempla tanto a instalação de novos itens para ambientes recentemente inaugurados quanto a substituição de equipamentos existentes que não mais atendem aos padrões de qualidade e segurança exigidos.

2.4. Além da perspectiva operacional, é imperioso destacar a relevância ergonômica e o impacto direto no bem-estar físico e psicológico dos servidores e trabalhadores terceirizados que diariamente utilizam tais materiais. Mesas, cadeiras, equipamentos tecnológicos e demais bens devem estar em conformidade com normas de ergonomia, prevenindo doenças ocupacionais e assegurando condições dignas de trabalho. Tal cuidado reflete diretamente na produtividade e na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

2.5. Do mesmo modo, os espaços de atendimento ao público devem ser equipados de forma moderna, funcional e confortável, garantindo acessibilidade, acolhimento e respeito aos cidadãos. O ambiente físico, quando estruturado adequadamente, transmite a imagem institucional condizente com a missão constitucional da Polícia Federal: proteger a sociedade, promover a justiça e assegurar a ordem e o cumprimento das leis. Assim, a modernização da infraestrutura não é apenas uma demanda administrativa, mas um reflexo da seriedade, transparência e compromisso da Polícia Federal com a sociedade brasileira.

2.6. A adoção de materiais permanentes adequados também fortalece a imagem do órgão como instituição moderna, confiável e comprometida com padrões elevados de eficiência e de prestação de serviço público. Essa percepção externa é estratégica, pois contribui para a valorização da Polícia Federal junto à população e reforça a credibilidade do Estado.

2.7. Portanto, a presente iniciativa não apenas supre uma necessidade material imediata, mas também representa um investimento de longo prazo na saúde ocupacional, na valorização dos recursos humanos, na qualidade do atendimento ao público e na preservação da imagem institucional da Polícia Federal como órgão essencial à justiça e ao Estado Democrático de Direito.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NUMAT/SELOG/SR/PF/AC	ALZIR FERREIRA SOARES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de bens permanentes de uso comum, a ser realizada mediante a modalidade Pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da eficiência, transparência, economicidade e isonomia.

4.2. Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), com vigência mínima de 12 (doze) meses, a fim de garantir flexibilidade, planejamento adequado e otimização na gestão dos recursos públicos, possibilitando a adesão futura por órgãos e entidades da Administração Pública, conforme regulamentação aplicável.

4.3. A empresa licitante deverá apresentar declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento dos bens, bem como da prestação de garantias, quando aplicável. Essa declaração assegura que os fornecedores estejam cientes das exigências contratuais, reduzindo riscos de descumprimento e fortalecendo a segurança jurídica do processo.

4.4. Todos os equipamentos e mobiliários a serem adquiridos deverão observar integralmente os critérios estabelecidos na Portaria nº 13.056-DG/PF, de 15 de julho de 2020, a qual fixa o padrão básico de especificações para mobiliário da Polícia Federal. Além disso, deverão atender a requisitos mínimos de:

- Sustentabilidade ambiental
- Qualidade e garantia compatíveis com o uso institucional
- Normativos legais vigentes aplicáveis à matéria
- Obrigações específicas estabelecidas no edital de licitação

4.5. A habilitação das empresas licitantes estará condicionada ao cumprimento das exigências legais, incluindo registro no SICAF, apresentação de certidões negativas, bem como comprovação de qualificação técnica por meio de atestados que demonstrem a aptidão para fornecimento de bens de natureza similar.

4.6. Os bens permanentes objeto da presente contratação foram consolidados a partir das demandas do órgão gerenciador, contemplando quantidades definidas com base em levantamentos técnicos (relatórios de levantamento técnico) e em critérios de necessidade, eficiência e padronização administrativa.

4.6. Só será admitida a oferta de produtos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), classificados obrigatoriamente nas classes A ou B, conforme Portarias do INMETRO que aprovam os Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC) e tratam da etiquetagem compulsória.

4.7. Os bens ofertados deverão atender, no que couber, à Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e seus regulamentos, observando a regulamentação específica e os níveis mínimos de eficiência energética definidos para cada tipo de equipamento.

4.8. Não serão exigidas amostras físicas dos produtos em fase de licitação. Contudo, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar catálogo técnico oficial do fabricante, contendo descrições detalhadas e especificações técnicas dos materiais ofertados, que permitam avaliação completa dos seguintes fatores:

- Conformidade com as especificações técnicas do edital
- Características técnicas e desempenho comprovado
- Certificados de conformidade emitidos por órgãos acreditados pelo INMETRO
- Qualidade dos insumos e componentes utilizados
- Durabilidade estimada conforme normas técnicas aplicáveis
- Acabamento, estética e padrão visual compatível com a imagem institucional da Polícia Federal
- Ergonomia e funcionalidade, observando a saúde ocupacional dos servidores e terceirizados
- Eficiência energética e baixo consumo de recursos
- Sustentabilidade ambiental, incluindo critérios de reciclabilidade dos materiais

4.9. Adicionalmente, os produtos deverão observar os seguintes critérios obrigatórios:

- Tempo mínimo de garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, podendo ser ampliado conforme a natureza do bem;
- Disponibilidade de assistência técnica autorizada no território nacional, com prazos máximos de atendimento definidos;
- Reposição de peças garantida pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após a aquisição, assegurando a vida útil do equipamento;
- Atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e, quando couber, normas internacionais (ISO, IEC, ANSI, entre outras);
- Segurança elétrica e mecânica certificada, prevenindo riscos ao usuário e garantindo conformidade com a legislação vigente;
- Embalagem adequada para transporte e armazenamento, assegurando a integridade do bem até a entrega;
- Emissão de manual do usuário e manual técnico, em língua portuguesa, contendo instruções de operação, manutenção preventiva e recomendações de segurança.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Contextualização

O levantamento de mercado foi realizado para subsidiar a aquisição de mobiliários permanentes em geral destinados às unidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre e suas descentralizadas. O objetivo é atender novas demandas, substituir itens inservíveis e modernizar a infraestrutura física da instituição, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 13.056-DG/PF/2020, que define o padrão obrigatório para mobiliários no âmbito da Polícia Federal.

5.2. Metodologia

- Pesquisa em bases oficiais como o Banco de Preços e atas de Registro de Preços no período de setembro/2023 a setembro/2025.
- Identificação de fornecedores que participaram de licitações de mobiliários em geral (mesas, armários, arquivos, estações de trabalho, balcões e cadeiras) em todo o território nacional.
- Consolidação de dados sobre preços praticados, abrangência geográfica, porte empresarial e frequência de participação em certames públicos.
- Consideração do regime diferenciado aplicável a Micro e Pequenas Empresas (ME/EPP), nos termos da LC nº 123/2006.

5.3. Especificações de referência

Todos os mobiliários deverão atender integralmente às exigências da Portaria nº 13.056-DG/PF/2020, que fixa padrões de ergonomia, segurança, funcionalidade e sustentabilidade. Entre os itens considerados estão:

- Mesas e estações de trabalho: estrutura metálica ou MDF/MDP de alta densidade, com acabamento resistente a riscos.
- Armários e arquivos: aço tratado ou madeira industrializada de alta resistência, com pintura eletrostática.
- Balcões de atendimento: design funcional, compatível com a imagem institucional e fluxo de usuários.
- Cadeiras e poltronas: padrões ergonômicos estabelecidos pela PF, com regulagens, espuma injetada e conformidade com ABNT NBR 13962.
- Itens complementares: estantes, gaveteiros, divisórias, mobiliários de apoio e módulos de arquivamento.

5.4. Panorama de fornecedores identificados

O levantamento indicou ampla rede de fornecimento no mercado nacional:

- Fornecedores identificados: 61
- Fornecedores vencedores em certames recentes: 6
- Microempresas/EPPs participantes: 60 (predominância clara do segmento)
- Abrangência geográfica: fornecedores distribuídos em todas as regiões do país (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste), garantindo capilaridade logística.

5.5. Critérios adicionais considerados

Além da conformidade com a Portaria 13.056-DG/PF/2020, foram observados os seguintes critérios estratégicos para avaliação do mercado:

- Atendimento às normas ABNT e internacionais aplicáveis.
- Ergonomia e prevenção de riscos ocupacionais (LER/DORT).
- Garantia mínima de 12 meses, com preferência por prazos superiores.
- Assistência técnica autorizada em território nacional.
- Reposição de peças assegurada por no mínimo 5 anos após aquisição.
- Certificações de qualidade (ISO 9001) e sustentabilidade (ISO 14001).
- Embalagem adequada, logística eficiente e prazos compatíveis.
- Estética e acabamento padronizados, reforçando a imagem institucional da PF.

5.6. Análise estratégica

O mercado de mobiliários em geral apresenta:

- Forte competitividade e diversidade de fornecedores.
- Predominância de ME/EPPs, o que favorece a política pública de incentivo a pequenos negócios e amplia a concorrência.
- Capacidade de atendimento em todas as regiões do país, reduzindo riscos logísticos.
- Condições favoráveis para exigência de critérios ergonômicos, sustentáveis e de padronização, garantindo qualidade, bem-estar dos servidores e atendimento adequado ao público.

5.7. Conclusão

O levantamento de mercado confirma a viabilidade técnica e econômica para a aquisição de mobiliários permanentes por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP).

A ampla oferta de fornecedores, aliada às exigências normativas e aos critérios de ergonomia, sustentabilidade e imagem institucional, assegura que a contratação representará um investimento estratégico em infraestrutura, promovendo eficiência administrativa, bem-estar ocupacional e fortalecimento da missão institucional da Polícia Federal.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução apontada pelo presente Estudo Técnico Preliminar consiste na aquisição de mobiliários permanentes em geral, destinados a suprir as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre e de suas unidades descentralizadas, incluindo a nova Delegacia Descentralizada em Cruzeiro do Sul/AC. Essa iniciativa busca não apenas a reposição de bens inservíveis, mas também a adequação da infraestrutura física aos padrões de qualidade, ergonomia e eficiência exigidos para o pleno exercício das atividades administrativas e finalísticas da Polícia Federal. O fornecimento será realizado por meio de Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), com vigência mínima de 12 (doze) meses, assegurando flexibilidade e racionalização na gestão dos recursos públicos.

6.2. Deverá ser adotado o Sistema de Registro de Preços, fundamentado no Inciso II, Art. 3º, do Decreto nº 11.462/2023, possibilitando planejamento estratégico, contratação gradativa, garantindo economicidade e ampla competitividade.

6.3. Justificativa da solução pretendida:

A adoção desta solução está diretamente relacionada à necessidade de garantir condições adequadas de trabalho aos servidores e terceirizados, bem como um ambiente de atendimento digno, moderno e funcional para a sociedade. O investimento em mobiliários ergonômicos e padronizados promove a saúde ocupacional, prevenindo doenças relacionadas ao trabalho, além de contribuir para maior produtividade, eficiência institucional e satisfação do público atendido. Ademais, reforça a imagem da Polícia Federal como instituição moderna, organizada e comprometida com sua missão constitucional de servir à sociedade com qualidade e eficiência.

6.5. As características dos mobiliários e equipamentos a serem adquiridos foram definidas de acordo com a Portaria nº 13.056-DG/PF, de 15 de julho de 2020, que estabelece o padrão básico para especificações no âmbito da Polícia Federal. Tal padronização assegura:

- Uniformidade estética e funcional em todas as unidades;
- Qualidade e durabilidade compatíveis com uso intensivo;
- Conformidade com normas de ergonomia e acessibilidade (ABNT NBR 9050);
- Sustentabilidade ambiental, em consonância com as diretrizes da A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública);
- Maior economicidade no ciclo de vida do bem, considerando manutenção, reposição e vida útil.
- Montagem completa dos móveis nos locais de entrega, assegurando que os bens estejam prontos para uso imediato pelas unidades beneficiadas
- Garantia de assistência técnica pós-instalação, incluindo manutenção corretiva e ajustes necessários durante o período de garantia contratual, com prazo máximo de atendimento de até 48 (quarenta e oito) horas após a abertura do chamado pela Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. DE BENS	REQUISIÇÃO MINIMA	REQUISIÇÃO MAXIMO
GRUPO 1 - ARMÁRIOS/GAVETEIRO					

1	Armário Alto com Portas e Prateleiras (altura 1.600 mm) Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	26	20	26
2	Armário Alto Semiaberto Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	35	15	35
3	Armário Baixo com 2 Portas Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	69	30	69
4	Armário Super Alto com Portas e Prateleiras Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	23	10	23
5	Gaveteiro Volante com Quatro Gavetas Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	106	50	106
GRUPO 2 - CADEIRAS E LONGARINAS					
6	Cadeira com Rodízios Modelo A - Conforme Portaria nº 13.056 - DG /PF, de 15 de julho de 2020	UNI	40	20	40
7	Cadeira de Interlocutor para os Ambientes de Trabalho Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	104	50	104
8	Cadeira Individual Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG /PF, de 15 de julho de 2020	UNI	26	10	26
9	Cadeira Utilizada em Todos os Ambientes de Reunião Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG /PF, de 15 de julho de 2020	UNI	145	70	145
10	Longarina de 2 Lugares Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI		5	
	Longarina de 3 Lugares Modelo				

11	B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	14	7	14
GRUPO 3 - MESAS					
12	Mesa Autoportante Modelo B - (Tampo 1.400 x 1.400 mm) - Conforme Portaria nº 13.056 - DG /PF, de 15 de julho de 2020	UNI	115	50	115
13	Mesa Autoportante Modelo B - (Tampo 1.600 x 1.600 mm) - Conforme Portaria nº 13.056 - DG /PF, de 15 de julho de 2020	UNI	38	15	38
14	Mesa de Reunião Circular Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	9	5	9
15	Mesa de Reunião Ovalada ou Retangular 2400 mm Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG /PF, de 15 de julho de 2020	UNI	3	1	3
16	Mesa de Reunião Ovalada ou Retangular 3000 mm Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG /PF, de 15 de julho de 2020	UNI	3	1	3
17	Mesa Modelo A - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	1	1	1
18	Mesa para Refeitório Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG /PF, de 15 de julho de 2020	UNI	7	3	7
19	Mesa Retangular Individual Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	15	7	15
ITENS INDIVIDUALIZADOS					
20	FOGAO	UNI	7	3	7
21	DETECTOR DE METAIS	UNI	3	1	3
22	TELEVISOR de 55 a 60 "	UNI	14	5	14
23	BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA 100 LITROS	UNI	2	1	2
24	CATRACA DE ACESSO BIOMETRICA	UNI	2	1	2

25	FRIGOBAR	UNI	32	15	32
TOTAL DE ITENS					848

7.1. A estimativa de quantidades foi elaborada com base nos relatórios gerenciais do NUMAT para o grupo “5242 – Mobiliário em geral”, que apontam 3.206 bens cadastrados na SR/PF/AC (todas as unidades), dos quais 2.524 (78,7%) estão dentro da vida útil e 682 (21,3%) fora da vida útil. Esses percentuais decorrem de depreciação acumulada mensal, com tendência de incremento do quantitativo “fora do prazo” ao longo do tempo. Para a DPF/CZS/AC, há 322 bens (253 dentro da vida útil; 69 fora, ~21,4%). Para a DPF/EPA/AC, há 361 bens (307 dentro; 54 fora, ~15,0%). Esses dados embasam a necessidade de reposição e de aparelhamento de novas áreas.

7.2. As quantidades também consideram o aumento da estrutura da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul e a necessidade de complementação em imóveis locados e novos ambientes (salas operacionais, áreas administrativas, atendimento ao público, setores especializados). O relatório específico da DPF/CZS/AC evidencia 322 itens em uso, com 21,4% já depreciados a zero (vida útil vencida), o que, somado à criação de novas salas, auditório, academia, galpão/garagem/oficina (veículos e embarcações) e canil, indica insuficiência do parque atual para suportar a expansão.

7.3. As quantidades consolidadas, previstas para o órgão gerenciador (SR/PF/AC), serão apresentadas em planilhas próprias do Estudo Técnico Preliminar, com indicação do método de cálculo, fontes (NUMAT/e-LOG) e a vinculação das necessidades aos ambientes/atividades, garantindo transparência, previsibilidade e aderência às demandas reais.

7.4. A consolidação assegura que a contratação, além de suprir carências imediatas, permitirá à DPF/CZS/AC dispor de infraestrutura adequada e padronizada para servidores, terceirizados e público, em conformidade com a Portaria nº 13.056-DG/PF/2020 e com os padrões de ergonomia e eficiência adotados no âmbito da PF.

7.5. Distribuição dos bens a adquirir (proposta de alocação):

Considerando a concentração de setores na Sede, a expansão da DPF/CZS/AC e a necessidade de reposição em Eritaciolândia, propõe-se a seguinte distribuição fechando 100% (ajuste de arredondamento em relação ao esboço inicial):

- SR/PF/AC (Sede – Rio Branco): 52%
Justificativa: maior número de ambientes e unidades setoriais, parque relevante de mobiliário e giro de reposição decorrente de uso intensivo.
- DPF/CZS/AC (Cruzeiro do Sul): 41%
Justificativa: expansão física com novos ambientes (salas, auditório, academia, galpão/garagem/oficina, canil), além de ~21,4% do acervo já vencido.
- DPF/EPA/AC (Eritaciolândia): 7%
Justificativa: reposição de mobiliários inservíveis e complementação de setores operacionais (vida útil vencida ~15,0%).

Observação: a distribuição acima parte dos dados consolidados do NUMAT (acervos e vida útil) e pode ser refinada na planilha detalhada por subgrupo de mobiliário (cadeiras, mesas, armários, suportes, gaveteiros etc.), levando em conta o perfil de uso de cada unidade.

7.6. Metodologia sintética de estimativa (para constar na planilha do ETP):

- Base de dados: relatórios gerenciais NUMAT/e-LOG (SR/PF/AC, DPF/CZS/AC e DPF/EPA/AC) – quantitativos totais, status, estado de uso e vida útil.
- Critérios: (i) reposição de itens com vida útil vencida; (ii) complementação para ambientes novos/expandidos; (iii) padronização/ergonomia conforme Portaria nº 13.056-DG/PF/2020; (iv) priorização de subgrupos críticos (ex.: cadeiras, mesas e armários).
- Resultado: consolidação por unidade e por subgrupo, totalizando 8 itens distribuídos conforme o item 7.5.

7.7. Entrega e montagem (locais e condições):

A entrega com montagem ocorrerá conforme as quantidades destinadas a cada unidade (planilha do ETP/TR), com instalação in loco e entrega técnica pronta para uso:

- Superintendência da Polícia Federal no Acre;
- Delegacia da Polícia Federal em Eritaciolândia e Cruzeiro do Sul.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 989.981,59

8.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 989.981,59 (novecentos e oitenta e nove mil, novecentos e oitenta e um reais e cinquenta e nove centavos), apurado a partir do levantamento de preços consolidado.

8.2. Os valores unitários e totais estimados por item da contratação constam no Mapa Comparativo de Preços, elaborado com base em critérios estatísticos que preveem a exclusão de valores inexequíveis (70% abaixo da média) e excessivamente elevados (30% acima da média), garantindo confiabilidade e aderência às práticas de mercado.

8.3. O levantamento de preços foi conduzido em observância à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, e à Portaria SE/MJSP nº 1.606, de 03 de julho de 2024, que disciplinam as diretrizes, etapas e requisitos mínimos da pesquisa de preços, assegurando planejamento adequado, economicidade e fundamentação transparente da estimativa.

8.4. A conformidade da pesquisa foi certificada pelo Atestado de Conformidade de Pesquisa de Preços nº 142346957/NUMAT/SELOG/SR/PF/AC, documento que valida a metodologia aplicada, a rastreabilidade das fontes consultadas (PNCP, ComprasNet, Banco de Preços e consultas a fornecedores) e a consistência estatística utilizada.

8.5. Assim, o valor estimado reflete não apenas a média de mercado obtida a partir de fontes oficiais e idôneas, mas constitui referência metodológica confiável para a definição do preço máximo aceitável em pregão, atendendo integralmente aos normativos vigentes e garantindo segurança jurídica ao processo de contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A aquisição em questão será parcelada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade de alocação gradual dos mobiliários no novo prédio da Delegacia Descentralizada de Cruzeiro do Sul/AC, bem como em outras unidades da SR/PF/AC, de acordo com a disponibilidade dos espaços físicos e o cronograma de ocupação.

9.2. O parcelamento da solução justifica-se pela necessidade de adequação dos mobiliários às diferentes salas, blocos e ambientes de trabalho, respeitando o layout funcional de cada espaço e possibilitando ajustes conforme a evolução da instalação da unidade. Dessa forma, será possível atender de forma planejada e racional às requisições, garantindo que os quantitativos respeitem os limites mínimos e máximos estipulados no Termo de Referência.

9.3. A estratégia de parcelamento traz benefícios como:

- Maior flexibilidade na entrega e montagem, conforme a conclusão das obras e ajustes de layout;
- Racionalização logística, evitando o acúmulo desnecessário de bens sem utilização imediata;
- Maior controle administrativo sobre as solicitações de empenho, fornecimento, pagamento e fiscalização contratual;
- Garantia de economicidade e adequação às necessidades reais, evitando compras em excesso ou inadequadas ao espaço disponível.

9.4. O fornecedor será selecionado por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, assegurando a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A aquisição de mobiliários, por si só, não garante a plena funcionalidade dos ambientes da SR/PF/AC e da Delegacia Descentralizada em Cruzeiro do Sul/AC, sendo necessária a integração com outras contratações correlatas e interdependentes, de forma a assegurar a operacionalidade, o conforto e a imagem institucional da Polícia Federal.

10.2. Entre as contratações correlatas e/ou interdependentes, destacam-se:

- Serviços de transporte, montagem e instalação de mobiliários: necessários para garantir a correta disposição nos ambientes de acordo com o layout funcional definido.
- Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação (TI): computadores, impressoras, monitores e periféricos que serão instalados sobre ou integrados aos mobiliários.
- Infraestrutura elétrica e lógica: adequação de pontos de energia, rede estruturada e iluminação, essenciais para o uso de mesas operacionais, estações de trabalho e salas de atendimento.
- Aquisição de equipamentos de segurança e CFTV: integração dos mobiliários a áreas de monitoramento e controle de acesso, assegurando a proteção patrimonial e das atividades institucionais.
- Serviços de manutenção predial e adequação de espaços: pequenas reformas, adaptações civis ou ajustes em ambientes para instalação correta de mobiliários (pisos, paredes, divisórias, pintura).

- Aquisição de mobiliários complementares: longarinas, cadeiras de espera, balcões de recepção e outros itens destinados ao atendimento ao público externo.
- Serviços de higienização e conservação: apoio indireto à preservação dos mobiliários adquiridos, garantindo maior durabilidade e manutenção da estética.

10.3. Essas contratações possuem relação direta ou indireta com o fornecimento de mobiliários e contribuem para a efetividade da solução proposta, permitindo que o investimento realizado produza resultados concretos em termos de eficiência administrativa, ergonomia, sustentabilidade e atendimento ao público.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) da Polícia Federal no Acre registra a previsão de aquisições de mobiliário em exercícios consecutivos, assegurando que a demanda identificada no Estudo Técnico Preliminar está alinhada às programações oficiais da Administração.

11.2. Para o exercício de 2025, consta no PGC a contratação sob código **200380-45/2025**, com o título “Aquisição de Materiais”, categoria Bens, no valor de R\$ 500.000,00, iniciada em 03/02/2025 e com término previsto para 22/12/2025. O item registrado é da classe 7110 – Mobiliário para Escritório, estando a contratação em situação Aprovada.

11.3. Para o exercício de 2026, o PGC já contempla nova previsão sob código 200380-24/2026, também referente à “Aquisição de Mobiliários”, categoria Bens, no valor de R\$ 74.300,00, com início em 02/01/2026 e conclusão em 30/12/2026. Essa contratação igualmente se encontra Aprovada, assegurando continuidade do planejamento para reposição e adequação de bens permanentes.

11.4. A inclusão dessas contratações no PGC evidencia a aderência entre o planejamento estratégico e a execução das aquisições, garantindo:

- Previsibilidade orçamentária, com registro antecipado dos valores estimados.
- Aderência às diretrizes legais, uma vez que as demandas de mobiliário foram formalmente aprovadas no calendário oficial.
- Continuidade da política de padronização de mobiliários, evitando descompasso entre a gestão patrimonial e a execução contratual.

11.5. Dessa forma, o presente Estudo Técnico Preliminar encontra respaldo direto no PGC vigente, comprovando que as necessidades aqui descritas foram devidamente planejadas e aprovadas, com recursos previstos e alinhamento ao calendário de contratações do órgão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação permitirá suprir de forma adequada as necessidades de mobiliários das diversas áreas requisitantes da **SR/PF/AC** e de suas unidades descentralizadas, assegurando a continuidade das atividades institucionais. A reposição de bens obsoletos ou desgastados, bem como a aquisição de novos itens, garantirá ambientes funcionais e compatíveis com as exigências atuais da Polícia Federal, substituindo materiais que já não atendem aos padrões mínimos de ergonomia, eficiência e durabilidade.

12.2. O fornecimento dos mobiliários trará **benefícios diretos** às áreas demandantes, contemplando a expansão do parque de bens permanentes diante do aumento da estrutura organizacional, da criação de novas divisões e setores, e da necessidade de atender ao crescimento do efetivo de servidores. A modernização dos ambientes também permitirá a adequação aos padrões de atendimento institucional e a melhoria da imagem da Polícia Federal perante a sociedade.

12.3. Como **benefícios indiretos**, a contratação irá contribuir para a execução mais eficiente das atividades administrativas e operacionais, assegurando aos servidores e terceirizados postos de trabalho adequados, com tecnologia atual, design funcional e em conformidade com as normas de ergonomia e acessibilidade. Isso refletirá em maior satisfação dos colaboradores, redução de riscos de adoecimento laboral, valorização do capital humano e consequente aumento da produtividade.

12.4. Ressalta-se, ainda, o impacto positivo da contratação sob a ótica da **sustentabilidade e da economicidade**, considerando que os bens especificados obedecem à **Portaria nº 13.056-DG/PF/2020** e às diretrizes da **Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia**. Isso assegura maior vida útil dos itens adquiridos, menor necessidade de reposições frequentes e redução de custos ao longo do ciclo de vida do bem.

12.5. Dessa forma, a contratação se traduz não apenas em um atendimento pontual das demandas por mobiliários, mas em um **investimento estratégico** na infraestrutura organizacional da Polícia Federal no Acre, garantindo melhores condições de trabalho, eficiência institucional e fortalecimento da missão constitucional da PF perante a sociedade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Publicação da Intenção de Registro de Preços (IRP) no PNCP, conforme determina o Decreto nº 11.462/2023, para possibilitar a manifestação de interesse de outros órgãos e entidades da Administração Pública.

13.2. Elaboração do Termo de Referência (TR), a partir deste Estudo Técnico Preliminar, contendo as especificações dos mobiliários com base na Portaria nº 13.056-DG/PF/2020, os quantitativos consolidados, critérios de julgamento e demais condições de contratação.

13.3. Realização da pesquisa de preços, já consolidada no Mapa Comparativo de Preços, acompanhada do respectivo Atestado de Conformidade nº 142346957/NUMAT/SELOG/SR/PF/AC, que servirá de base para definição do valor estimado da contratação.

13.4. Encaminhamento do processo à autoridade competente para aprovação do TR, autorização da licitação e designação da equipe de apoio e do pregoeiro responsável.

13.5. Lançamento do Edital de Pregão Eletrônico no ComprasNet, assegurando ampla publicidade, competitividade e atendimento às normas da Lei nº 14.133/2021.

13.6. Acompanhamento e fiscalização da execução contratual, mediante designação formal de gestor e fiscal de contrato, responsáveis por verificar entregas, prazos, qualidade e conformidade dos mobiliários fornecidos.

13.7. Registro das ocorrências em sistema próprio (SEI/PF), assegurando a rastreabilidade das etapas do processo e a transparência na gestão da contratação.

13.8. Adoção de medidas de sustentabilidade e descarte adequado dos mobiliários substituídos, em consonância com a Política de Logística Sustentável (PLS/PF) e normas ambientais aplicáveis.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A aquisição de mobiliários permanentes pode gerar impactos ambientais em diferentes fases do seu ciclo de vida: na extração de matérias-primas (madeira, aço, MDF, plásticos), na produção industrial (uso de energia, insumos químicos e emissão de resíduos), no transporte (emissão de gases de efeito estufa) e, por fim, no descarte dos bens inservíveis.

14.2. Os principais impactos potenciais estão relacionados a:

- Geração de resíduos sólidos decorrentes da substituição de mobiliários obsoletos;
- Consumo de recursos naturais (madeira, metais, derivados de petróleo) para fabricação de novos itens;
- Emissão de poluentes atmosféricos durante processos industriais e logísticos;
- Risco de descarte inadequado dos materiais, comprometendo a destinação final ambientalmente correta.

14.3. Apesar de o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (2024) não apresentar critérios específicos para mobiliários, é possível mitigar impactos negativos por meio da adoção de diretrizes gerais de sustentabilidade, como:

- Priorizar fornecedores que utilizem matérias-primas de origem controlada (ex.: madeira com certificação FSC ou equivalente);
- Incentivar o uso de insumos reciclados ou recicláveis na composição dos produtos;
- Exigir que os bens apresentem durabilidade compatível e garantia estendida, reduzindo a necessidade de substituições precoces;
- Incluir cláusulas de logística reversa ou destinação ambientalmente adequada para os mobiliários inservíveis substituídos;
- Estimular fornecedores com sistemas de gestão ambiental certificados (ex.: ISO 14001) ou com políticas internas de sustentabilidade;
- Considerar aspectos de eficiência no transporte e embalagem, minimizando desperdícios e emissões.

14.4. Ressalte-se que a Polícia Federal ainda não dispõe de um Guia próprio de Sustentabilidade, razão pela qual aplica, de forma subsidiária, as diretrizes do Guia da AGU e a legislação ambiental vigente. Assim, a contratação deverá observar critérios gerais de sustentabilidade de maneira não restritiva, preservando a ampla competitividade do certame e, ao mesmo tempo, mitigando os impactos ambientais inerentes ao objeto.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação mostra-se **plenamente viável** diante da necessidade de garantir a continuidade e a melhoria das atividades desempenhadas pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre e suas unidades descentralizadas. O parque atual de mobiliários apresenta significativa parcela de itens depreciados e fora da vida útil, conforme demonstrado nos relatórios gerenciais do NUMAT, o que compromete a ergonomia, a segurança e a eficiência dos servidores e terceirizados.

A aquisição de novos mobiliários possibilitará não apenas a **substituição de bens inservíveis**, mas também a **adequação da infraestrutura física** aos padrões de qualidade exigidos para o exercício das funções institucionais, observando normas de ergonomia e acessibilidade (ABNT NBR 9050). Essa modernização repercutirá diretamente em **melhores condições de trabalho, redução de riscos ocupacionais e aumento da produtividade**.

Adicionalmente, a solução contribui para a **padronização institucional** prevista na Portaria nº 13.056-DG/PF/2020, assegurando uniformidade estética e funcional em todas as unidades, bem como maior racionalidade na gestão patrimonial e redução de custos com manutenção no ciclo de vida dos bens.

Ressalta-se, ainda, que a contratação encontra-se **alinhada ao Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC)** da Polícia Federal no Acre, que já contempla previsões orçamentárias para aquisições de mobiliário nos exercícios de 2025 e 2026, em valores aprovados de R\$ 500.000,00 e R\$ 74.300,00, respectivamente, garantindo **previsibilidade financeira e aderência ao planejamento estratégico da Administração**.

Portanto, a contratação proposta é viável sob os aspectos **técnico, operacional, normativo e orçamentário**, constituindo medida necessária para assegurar a continuidade das atividades institucionais e a prestação de serviços de qualidade à sociedade.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALZIR FERREIRA SOARES

Setor Requisitante



Assinou eletronicamente em 29/09/2025 às 13:21:26.

Despacho: Autorizo a aquisição dos mobiliários solicitados, conforme processo regular, por atender às necessidades da SR/PF/AC e garantir melhores condições de trabalho aos servidores.

CARLOS ROCHA SANCHES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/09/2025 às 15:27:57.